

ECOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: BREVE FUNDAMENTAÇÃO

Maurício Waldman¹

*Se viu que a preservação da criação do Senhor,
Ao mesmo tempo em que impede o lucro do explorador,
É essencial à vida de todo trabalhador.*

Crispiniano Neto, poeta popular do Rio Grande do Norte

QUEM DESTRÓI O MEIO-AMBIENTE?

Tornou-se lugar comum afirmar que “o homem está destruindo o meio-ambiente”, veredicto decorrente da repetição constante desta assertiva na imprensa escrita, no rádio e nas grandes redes de televisão. Contudo, *tal afirmação seria verdadeira?*

Para muitos, trata-se de uma verdade irrefutável, que encontraria a sua justificativa na atividade industrial “do homem”, na expansão das demandas “gerais” de alimentos e energia e chegando mesmo a razões abstratas, como um suposto “instinto predatório” considerado “típico” da espécie humana. Nesta última acepção, os humanos terminam reduzidos à condição de uma forma de vida na qual um espírito destrutivo constituiria componente indissociável de sua psicologia.

No entanto, para muitos outros tais afirmações carecem de fundamentos concretos, pois sempre apontam para responsáveis indiferenciados, a começar pela própria categoria “homem”, que jamais é plenamente identificada. O que fica evidente nestas colocações é a existência de uma carga ideológica, de mistificação, pois a partir do momento em que vivemos em uma sociedade dividida em classes poderíamos indagar:

- *A respeito de qual “homem”, de qual “atividade industrial”, de quais “demandas gerais” e mesmo de qual “psicologia”, estaríamos, no final das contas, nos referindo?*
- *Em outras palavras, se analisássemos este “homem que destrói o meio-ambiente” com o devido cuidado de situá-lo histórica e socialmente, ele estaria identificado com os proprietários dos meios de produção ou com a classe trabalhadora?*
- *Em uma instalação madeireira que devasta a floresta, poderíamos colocar no mesmo plano o proprietário da instalação e o operador da moto-serra?*
- *E no caso da poluição industrial, seriam igualmente responsáveis os operários e os industriais?*
- *Identificaríamos, enfim, a responsabilidade pela depredação do meio-ambiente em uma categoria “homem” que não reporta a nenhuma hierarquia social ou realizaríamos um “corte social” para melhor analisar o problema?*

Estas questões parecem estar bem respondidas pelo geógrafo Carlos Walter Porto GONÇALVES, que destaca “ser preciso ir além daquela formulação tão em voga nos movimentos ecológicos de que os homens estão destruindo a natureza”, uma vez que “se um trabalhador opera uma serra elétrica que derruba milhares de árvores

¹ Sociólogo e geógrafo, militante ambientalista, Coordenador do Comitê de apoio aos Povos da Floresta de São Paulo.

em algumas horas, não se pode responsabilizá-lo por esse ato sem que enfoquemos as relações sociais sob as quais vive” (1980: 223).

Assim, sempre que analisamos a destruição do meio-ambiente, é preciso recordar que vivemos em um regime guiado por uma divisão social do trabalho, onde a uns cabem as decisões e a outros, o cumprimento de diretrizes previamente traçadas. É preciso lembrar que o caráter privado da propriedade no regime capitalista determina uma apropriação privada da natureza, seja em escala local, nacional, e dada à existência de uma divisão internacional do trabalho, em escala mundial.

É preciso, finalmente, desmascarar na esfera do político, o controle do aparato de Estado pelos interesses privados, que impõem, direta ou indiretamente, determinados fluxos de atividades, formas de organização espacial, diretrizes do planejamento energético, deslocamentos demográficos, organização das atividades produtivas, enfim as opções que terminam por influenciar a vida de milhões de pessoas.

Desta forma, a discussão sobre a questão do meio-ambiente não pode ser reduzida aos marcos de uma relação mística não-socialmente explicitada ou a uma visão poética desvinculada de uma aspiração social mais ampla. Torna-se óbvia a existência de um caráter político, econômico, social e ideológico na questão ambiental. Óbvia também é a dificuldade crescente em analisar a questão ambiental sem envolver uma outra questão, relativa à forma de apropriação e de gerenciamento da natureza.

A partir do momento em que as diretrizes traçadas pela apropriação privada da natureza levam setores cada vez mais amplos da sociedade a posicionarem-se contra o que já se convencionou definir como devastação do meio-ambiente, o que está em discussão é se a natureza deverá ou não continuar nas mãos do proprietário (mascarado de “homem”) ou então haver uma reformulação geral na relação Homem/Natureza.

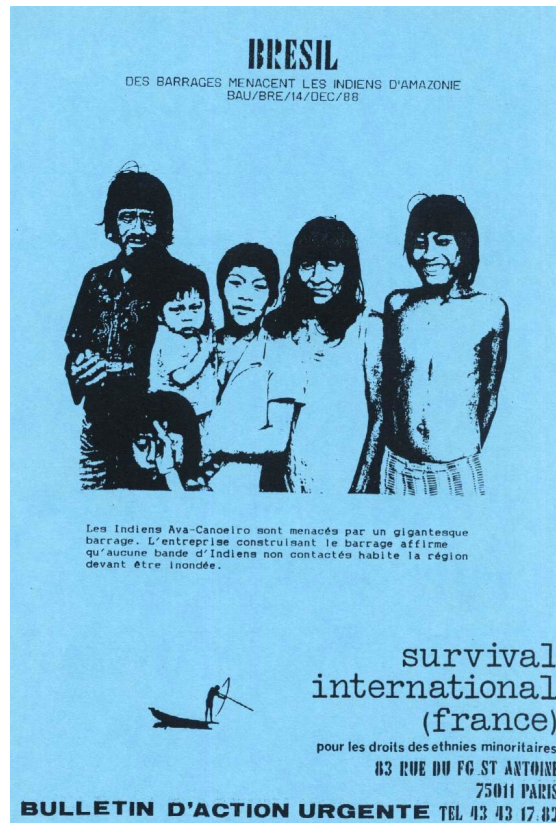
Como afirma outro geógrafo, Ruy MOREIRA, “separada dos meios de produção e, por conseguinte, do produto de seu trabalho, a massa de trabalhadores protesta contra o ar e a água poluídos, o absurdo dos descartáveis amontoados nas lixeiras, o enguiço frequente dos eletrodomésticos comprados à prestação, o aluguel e o preço especulativo da terra, o desperdício dos alimentos pelas classes abastadas” (...) “a classe trabalhadora inconscientemente ou não, reage contra o uso de seu trabalho e da natureza que fazem os que dela se apropriam” (1982:214).

Todavia, a magnitude da questão ambiental não se reduz apenas às condições de vida que são impostas aos milhões que são obrigados a sobreviver em ambientes ecologicamente cada vez mais devastados. Este problema se agrava pela extirpação pura e simples de imensos blocos territoriais, na forma de mega-projetos hidroelétricos, agropecuários e de mineração. Tais formas drásticas de organização do espaço deslocam milhares de camponeses, expulsam nações indígenas e grupos extrativistas inteiros dos seus espaços tradicionais de assentamento, gerando um ônus social que não é contabilizado por um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ecologicamente irresponsável.

Portanto, não basta fazer um corte social ou identificar determinada hierarquia social. É igualmente necessário revermos o próprio conceito de desenvolvimento, firmado em postulados atualmente insustentáveis, como a fé inabalável no crescimento das forças produtivas, no caráter inesgotável dos recursos naturais, na capacidade infinita de absorção dos detritos pelo ambiente, na crença idólatra na ciência e na técnica como parâmetros universais na relação Homem/Natureza, no desprezo pela diferença e na desvalorização de práticas tradicionais - identificadas como “atrasadas” - socialmente mais harmoniosas e ambientalmente mais responsáveis.

É necessário revermos criticamente um conceito de desenvolvimento que traz como sucedâneo o vazio existencial profundo, a solidão que grassa em meio às multidões dos grandes centros urbanos, cercadas pelos descartáveis e supérfluos da sociedade de consumo. Esta mística de progresso material precisa ser revista, pois ela fundamenta processos autoritários e lesivos tanto do ponto de vista social quanto do ambiental. Precisa ser dissecada para que não se incorpore como progresso processos que a grande imprensa trata eufemisticamente como “valorização de espaços vazios”, geralmente cheios e ocupados informalmente por posseiros, ribeirinhos, indígenas, castanheiros e seringueiros.

É fundamental combater uma concepção de desenvolvimento que ao justificar a implantação de matrizes produtivas, legitima projetos como o Grande Carajás e hidrelétricas como Balbina (Amazonas) e Tucuruí (Pará) - universalmente condenados pelos impactos sociais e ambientais provocados. Tal terminologia, parte indissociável do universo vocabular da tecnocracia, esconde processos reais de expulsão e espoliação de camponeses, indígenas e ribeirinhos. Oculta a liquidação, pelo fogo, de vastos seringais e castanhais, de bosques sobre os quais pouco conhecimento científico foi acumulado. Mascara a implantação de atividades que possuindo por sustentáculo o poder público, expressam na realidade o poder dos grupos que hegemonizam o Estado em função dos seus interesses.



Cartaz de campanha internacional em favor dos Ava-canoeiro.

Por último, devemos ter clareza de que as forças que atuam a favor da destruição do meio-ambiente não dispõem de um arsenal composto exclusivamente de expressões tecnocráticas. Tais forças manipulam, inclusive, o universo simbólico da ecologia, patente no apelo ao verde promovido pelas imobiliárias (responsáveis por grandes desmatamentos) ou à pureza das marcas comerciais da indústria de águas minerais, cuja existência repousa na comercialização de um produto (a “água natural”), que apenas se torna economicamente viável com a poluição em larga escala da massa líquida dos rios, lagos e mananciais.

É preciso estar atento às estratégias que foram articuladas pelas grandes empresas e pela tecnocracia do aparato de Estado, que mesmo liberando verbas para “investimentos ambientais” ou proclamando a sua “preocupação com o equilíbrio ecológico” não podem escapar à lógica última do capitalismo, que para transformar a natureza em mercadoria precisa primeiramente destruí-la.

A(S) CRISE(S) DO MEIO-AMBIENTE E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO ECOLÓGICO

Historicamente, parece correto afirmar que todos os modelos de organização social estabeleceram determinada relação ecológica com os recursos disponíveis nos espaços nos quais foram implantados. Desta forma, tanto a expansão quanto a decadência das formas de organização social do passado tiveram íntima relação com a forma de apropriação desenvolvida com o espaço e o meio-ambiente. Neste sentido, podemos afirmar que suas crises, tanto as conjunturais quanto estruturais, tiveram nítida contra-face ambiental.

É assim, por exemplo, que a dificuldade crescente de muitos impérios orientais (tais como a Assíria e a Babilônia) em obter de suas províncias os tributos necessários, explica-se também pelo descompasso criado por uma taxação crescente contraposta à impossibilidade (ecológica inclusive) de atendê-los. Da mesma forma, o esgotamento dos solos verificado em vastas regiões do Império Romano em seu declínio, demonstrava que o poder estabelecido estava, além de social, política e economicamente inviabilizado, ambientalmente impossibilitado de reproduzir-se.

Todas as crises do passado foram, cada uma a seu modo, ambientais, cristalizadas pela dificuldade de manter os fluxos de energia, de sustentar o que era exigido do meio-ambiente e dos processos à disposição destes sistemas, de adequar a tecnologia existente de forma a superar os problemas que estavam colocados em suas relações específicas com a natureza. A não-resolução destas questões deu cabo de todas as civilizações que hoje são lembradas nos livros de história.

O universo criado pela burguesia também atravessa atualmente a sua crise ecológica, que originária da revolução industrial, fica mais clara a cada dia que passa. Já nos primórdios da industrialização vários estudiosos apontavam sinais desta crise. Denunciavam o barulho, a água infectada, as casas insalubres, a fumaça e a promiscuidade existente nos bairros operários do Reino Unido, situação que posteriormente se repetiu em todo o mundo industrializado.

Esta crise embrionária, que atingia particularmente a classe operária, apenas passou a ser preocupação do conjunto da sociedade à medida que os trabalhadores deixaram de se constituir vítimas exclusivas da degradação. Com o aprofundamento da crise e a sua internacionalização, ficam ameaçadas as próprias bases da existência do homem sobre a face da Terra, através da poluição dos mares e oceanos, dos avanços dos desertos, da contaminação e destruição da vida marinha, do comprometimento da camada de ozônio. Assistimos à desagregação da biosfera, um autêntico biocídio, geral e internacional como internacionais são os processos destrutivos.

O surgimento de regimes socialistas não constituiu contraposição à degradação promovida pelo capitalismo, pois estes regimes adotaram em linhas gerais os mesmos pressupostos que permitiram a escalada mundial da depredação. O domínio burocrático nas sociedades socialistas formou uma matriz que embora não-capitalista em seu sentido clássico, foi igualmente geradora de atitudes perversas entre os homens e destes para com o meio-ambiente. Desarmonias, dessimetrias e truncamentos estão colocados para todas as sociedades do mundo de hoje, variando no máximo quanto à intensidade.

Neste sentido, não se pode afirmar que a radioatividade da usina nuclear de Chernobyl (URSS) seja menos ruim pelo simples fato de estar situada em um país socialista. As chuvas ácidas destroem tanto as florestas da Boêmia, na Tchecoslováquia, quanto no Oeste canadense. A poluição torna o ar igualmente irrespirável, não importando se a concentração industrial se dá em Cracóvia, na Polônia ou na Renânia, Alemanha Ocidental. Da mesma forma, os problemas resultantes do lixo atômico permanecerão ativos por milênios, seja nos depósitos feitos nas minas de sal da Europa Ocidental, seja no Deserto do Sinkiang, na China Popular.

Quando as formas de produção, os padrões de consumo e as expectativas pessoais da população adotam como referencial um conjunto de valores que reportam a uma visão burguesa de mundo, não pode existir material particulado em suspensão no ar, radioatividade ou desperdício “bom” ou “mau”, pois ambos conspiram contra uma nova vida melhor, mais justa e feliz. O movimento ecológico surge desta tomada de consciência, de que a crise ecológica em curso é a expressão mais acabada dos limites da civilização industrial moderna, contestando os custos sociais e ambientais promovidos pelo progresso.



Floresta destruída pela chuva ácida nas Montanhas Jizera, República da Checoslováquia.

Assim, os ecologistas pronunciam-se a favor não só de uma revisão das relações de poder e do relacionamento com o meio ambiente, como também do comportamento e das expectativas das pessoas. Neste sentido o movimento ecológico interioriza, ao lado de uma análise particular, uma reinterpretação global do mundo, que acompanha o contexto social de cada realidade específica, dos diferentes países e da origem de classe de seus expoentes.

Face ao que foi colocado, não é de se estranhar que o movimento ecológico possua tendências extremamente diferentes entre si, que se identificam com temáticas e aspirações políticas inclusive antagônicas. O movimento ecológico, a partir do momento em que também está situado historicamente, possui um amplo leque ideológico, claro tanto no interior do movimento quanto nas entidades que se propõem representativas do ecologismo. Portanto, desde o surgimento do ecologismo tornou-se evidente uma distinção entre as correntes preservacionistas e ambientalistas.

Os preservacionistas tendem a colocar a discussão ecológica no âmbito da preservação da natureza, uma postura que acaba em muitos momentos por isolar o ambiental do social, posição criticada pelos ambientalistas, para os quais é impossível procurar responder à crise ecológica sem uma referência social. Analisam que a crise ambiental é a contra-face da espoliação econômica, da marginalização política e social, pelo que um ecologismo conseqüente luta ao mesmo tempo pelo meio-ambiente e pela transformação social. Procuram ao seu modo afirmar que o “verde” e o “vermelho” não constituem cores complementares somente na física, mas também na política.

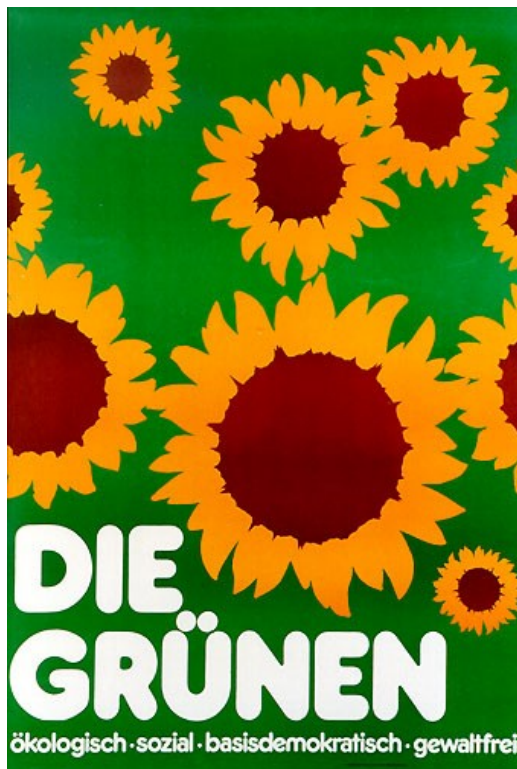
Na Europa Ocidental e na América do Norte, regiões onde surgem as primeiras mobilizações em favor do meio-ambiente, a tônica do movimento é preservacionista, não constituindo, entretanto uma regra geral (existem diferenças, por exemplo, entre o movimento ecológico e o Partido Verde da Alemanha Ocidental - com um nítido perfil progressista - e, os seus congêneres da França e Itália). No bloco socialista, onde o movimento desenvolveu-se debaixo de uma cortina de silêncio, estas tendências também estão representadas, vindo à luz com a irrupção das medidas liberalizantes da *Glasnost* e da *Perestroika* (1986).

Ao lado desta diferenciação em preservacionismo e ambientalismo, no movimento ecológico, do ponto de vista estritamente político, podemos identificar diversas outras correntes, cujo eixo de definições está na questão da luta de classes. Podemos falar, pois, em Eco-capitalismo, Eco-socialismo e mesmo no Eco-brutalismo².

² Corrente identificada com o capital monopolista, seus ideólogos observam na AIDS e na fome na África, supostos “instrumentos de regulação ecológica”. O núcleo central desta corrente, situada nos EUA sob o nome de *deep ecology* (ecologia profunda), propõe a sabotagem

À corrente Eco-Capitalista, associam-se concepções eco-desenvolvimentistas, interessadas em reduzir a questão ecológica a um mero problema técnico, plenamente compatível com o sistema dominante. Vale-se de um discurso ecológico social-democrata, de gerenciamento do capitalismo, pelo qual o capital privado depreda e polui, ficando o poder público encarregado de recuperar a natureza, como no famoso caso do Rio Tamisa, na Inglaterra. Esta corrente trabalha com a perspectiva da reprodução do capitalismo na escala do infinito, negando na teoria e na prática a transformação social profunda.

Já para os Eco-socialistas, a única forma de compatibilizar a questão do meio-ambiente com uma existência plena está na reformulação integral das diretrizes sob as quais vivemos. Estão convencidos da necessidade de escapar dos esquemas teóricos tradicionais, incluindo o marxismo dogmático e esquematizante que dominou largas parcelas do pensamento progressista. Lutam por uma sociedade justa, ecologicamente responsável, entendendo que a luta ambientalista somente terá sucesso quando assimilada pelos que mais se ressentem da crise ecológica: os trabalhadores.



Cartaz do Partido Verde Alemão, datado de 1983

Os Eco-socialistas, um dos grupos pioneiros na negação do chamado socialismo real como alternativa ao capitalismo, constituem uma corrente em ascensão, tanto nos países desenvolvidos quanto no Terceiro Mundo.

MOVIMENTO ECOLÓGICO NO TERCEIRO MUNDO

Nas regiões subdesenvolvidas do mundo capitalista (isto é, o Terceiro Mundo), o movimento ecológico enfrenta desafios que são qualitativamente diferentes dos que caracterizam os países desenvolvidos, capitalistas ou

clandestina e frequentemente violenta como filosofia da ação ecológica. Considerados fascistas em sua forma de pensar e agir, esta tendência, minoritária no movimento, tem sido continuamente repudiada.

socialistas. Nos países periféricos se reproduz com maior crueldade do que em qualquer outra região do globo o caráter desigual e combinado do capitalismo, originando uma depredação acelerada do meio-ambiente.

Esta parte do mundo é aquela onde ocorrem os maiores crimes ecológicos, resultado da associação entre a burguesia local destes países com o grande capital internacional. O Banco Mundial financia projetos que objetivam apenas o lucro em curto prazo, dentre os quais: o Projeto Grande Carajás e o Plano 2010 da Eletrobrás (Brasil), o Projeto Pecuário Livestock III (Botswana), de Colonização em Irian Jaya (Indonésia) e de construção de Hidrelétricas (Vale do Rio Narmada, Índia), todos constituindo vastos empreendimentos voltados para o desenvolvimento de grandes áreas territoriais ainda não economicamente integradas à economia de mercado.

Tais projetos vinculam-se a sistemáticas pelas quais os países desenvolvidos saqueiam os recursos naturais do IIIº Mundo. Além do saque puro e simples, o exaurimento da natureza também se deu através da dívida externa, cujo pagamento obriga as nações subdesenvolvidas a arcarem com sérios impactos ambientais gerados pela necessidade de obtenção de divisas a qualquer custo.

No mundo subdesenvolvido, a divisão internacional do trabalho, ao privilegiar processos industriais e produtivos que são indiscutivelmente os de maior impacto ambiental, torna-se diretamente responsável não só pelo caos social, devido à marginalização da maioria da população dos frutos deste desenvolvimento, mas como também pelo colapso ambiental.

Neste sentido, coloca-se para o movimento ecológico (assim como para os movimentos populares em geral) a necessidade de assumir bandeiras como a reforma agrária, fim da violência rural e a questão da dívida externa. No Terceiro Mundo, o movimento ecológico caso leve até as últimas consequências a sua luta contra a depredação da natureza, não pode se furtar de um confronto com o próprio imperialismo.

O ECOLOGISMO NO BRASIL

O surgimento do movimento ecológico no Brasil decorre de vários fatores que se relacionam tanto com a realidade nacional quanto com a internacional. A repercussão provocada pelas mobilizações ecológicas no exterior, o caráter internacionalizado do sistema produtivo, a intensidade da degradação no Brasil (maior que a média mundial), a conjunção de um Estado autoritário e tecnocrático com uma burguesia dependente dos países centrais (cujo interesse implícito é justamente transferir os processos mais destrutivos para o IIIº Mundo), ao lado da crise da esquerda brasileira e do processo de transição democrática, geraram um contexto propício à organização do movimento ecológico.

Apesar de em um primeiro momento o ecologismo ter penetrado majoritariamente nos setores de classe média urbana, a especificidade da situação ambiental do Terceiro Mundo motivou o surgimento de outros sujeitos políticos que incorporaram a bandeira ecológica. No meio rural, os camponeses manifestam crescente inconformismo pelos agrotóxicos e pelas grandes barragens.

Na Amazônia, os Povos da Floresta, tendo à frente Chico Mendes, iniciam uma aliança que objetiva não só o reconhecimento da diferença entre estes grupos (indígenas, seringueiros, ribeirinhos e castanheiros) como também a defesa comum de um modelo de relação com a natureza que além de auto-sustentado, é socialmente justo.

Nos centros urbanos, questões como a poluição e a contaminação dos reservatórios de água mobilizam vastos setores da população, preocupados com a qualidade do ar e da água, ambos indispensáveis para a continuidade da vida. O movimento ecológico avança pela incorporação crescente de uma aspiração - o equilíbrio ecológico - por um conjunto significativo da sociedade civil.

Trata-se de uma convergência de opiniões, onde de um lado os setores avançados do movimento ecológico procuram vincular suas lutas com a dos trabalhadores rurais e urbanos e de outro, os segmentos esclarecidos destes movimentos, que passam a perceber na questão ambiental um aspecto importante de suas mobilizações específicas (caso dos povos da floresta no combate à devastação da Amazônia, dos trabalhadores rurais no caso da reforma agrária e dos grandes projetos hidrelétricos, castanheiros no caso dos desmatamentos, de trabalhadores urbanos no tocante à poluição, radioatividade, indústria bélica, etc).

Esta conjugação promovida pela fértil encruzilhada da luta ecológica com as lutas por uma nova sociedade, garante a construção de um perfil ecológico novo, combativo, "terceiro-mundista", que escapa do vanguardismo iluminado, do dogmatismo político de todos os matizes e do chamado ecologismo de resultados, degeneração política do eco-capitalismo, que de forma similar ao sindicalismo de resultados, procura a obtenção de benfeitorias ambientais em troca do não questionamento das relações de poder.

Firma-se o objetivo de apoiar a transformação da sociedade, através de um novo alicerce teórico de lutas, buscando numa ecologia na perspectiva dos trabalhadores e na conjugação com os demais movimentos populares um mundo onde não serão necessárias aspas quando falarmos de homem, de desenvolvimento ou de progresso. Como lembra Crispiniano Neto, poeta popular nordestino, tudo isto é necessário, para:

"(...) poder se mostrar a camponês e operário, a índio e seringueiro estudante e proletário, que ecologia traduz-se em terra, casa e salário".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES, Carlos Walter Porto, 1980. *Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico*, Anais do IV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio de Janeiro, RJ.

MOREIRA, Ruy, 1982, *Geografia, ecologia, biologia: a totalidade homem-meio*, in, *Geografia: Teoria e Critica*, Editora Vozes, Petrópolis, RJ.

AUTORIZADA A CITAÇÃO E A REPRODUÇÃO DESTE TEXTO DESDE QUE MENCIONADOS O AUTOR E A FONTE

WALDMAN, Maurício, *Ecologia e Movimentos Sociais: Breve Fundamentação*, in Hidrelétricas, Ecologia e Progresso: Aurélio Vianna. (Org.), 1ª ed. Rio de Janeiro (RJ): CEDI, p. 35-44, 1990.

LIVROS DE MAURÍCIO WALDMAN RELACIONADOS COM O TEMA

LIXO: CENÁRIOS E DESAFIOS, CORTEZ EDITORA, 2010

Saiba mais: <http://www.lojacortezeditora.com.br/lixo.html>

MEIO AMBIENTE & ANTROPOLOGIA, EDITORA SENAC, 2006

Saiba mais: http://books.google.com.br/books/p/senac?id=z4ns-luC4LwC&dq=Meio+ambiente+%26+antropologia&hl=pt-br&source=gbs_summary_s&cad=0

MAURÍCIO WALDMAN - INFORMAÇÕES PORMENORIZADAS

Home-Page Pessoal: www.mw.pro.br

Biografia Wikipedia English: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Currículo no CNPq - Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>